

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

(Do Sr. DELEGADO CAVEIRA)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para dispor sobre a autonomia administrativa e orçamentária dos Conselhos Tutelares.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o art. 131 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para dispor sobre a autonomia administrativa e orçamentária dos Conselhos Tutelares.

**Art. 2º** O art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.131 O Conselho Tutelar é órgão permanente, com autonomia administrativa e orçamentária, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

§1º Os Conselhos Tutelares elaborarão e executarão seu próprio orçamento, observando as diretrizes estabelecidas pelas leis de diretrizes orçamentárias dos municípios e do Distrito Federal” (NR).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A independência administrativa e orçamentária dos Conselhos Tutelares é fundamental para garantir a efetividade de suas ações na proteção



dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ao desvincular esses órgãos de estruturas estatais, possibilitamos que atuem de forma mais ágil e eficiente, atendendo às demandas da comunidade de maneira autônoma e responsável.

Em razão da relevância social da matéria, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado DELEGADO CAVEIRA

